FEMIPA
FEDERAÇÃO DAS SANTAS CASAS DE MISERICÓRDIA E HOSPITAIS BENEFICENTES DO ESTADO DO PARANÁ

Voz Saúde

HOSPITAIS HUMANITÁRIOS DO PARANÁ

JULHO/AGOSTO DE 2019 | Nº 110

Paraná mostra força em evento nacional das santas casas

Com uma delegação de mais de 60 participantes, Femipa apresentou a deputados federais demandas legislativas prioritárias para a Saúde

Página 4

Gestão

Ferramenta pretende estimular benchmarking entre os hospitais

Página 3

Legislação

Novo Código de Ética Médica: o que é preciso saber

Página 7

Apesar de este ser um ano diferente, com mudanças na gestão pública que nos trouxeram incertezas quanto às novas políticas para a saúde, conseguimos dois destaques que mostram que estamos no caminho certo, o de batalhar para apresentar nossas necessidades e conseguir mais recursos para nossas instituições.

O primeiro deles foi a expressiva participação no 29º Congresso da CMB, e a Femipa foi a Federação com maior número de inscritos nesse importante evento para o setor filantrópico. Além disso, quatro deputados federais paranaenses – Leandre, Luciano Ducci, Ricardo Barros e Rubens Bueno – estiveram no café da manhã de abertura do encontro para ouvir as nossas demandas e demonstrar apoio à causa.

Outra importante notícia foi a apresentação do projeto de Lei que cria a Política Estadual de Apoio aos Hospitais Públicos e Filantrópicos do Paraná, programa que conhecemos como HospSUS e que fez e faz a diferença no dia a dia de dezenas de instituições, garantindo que muitas não fechassem as portas. Em breve, a proposta, apresentada pelo deputado Michele Caputo Neto, deve entrar na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para ser apreciada por seus membros, e a expectativa é de que a tramitação seja concluída até o fim do ano. Nesse momento, buscar o apoio dos deputados de cada região é fundamental.

Mas como o ano ainda não acabou e o trabalho da Femipa não para, estaremos em Brasília (DF) no dia 23 de outubro para realizar um importante café da manhã com a bancada federal paranaense. Nosso objetivo com o encontro, que será realizado na Câmara dos Deputados, é debater ideias e soluções para o setor de saúde filantrópico e, mais uma vez, buscar o apoio dos parlamentares. Por isso, mais do que nunca, precisamos nos unir para garantir o sucesso desse evento, mostrar a nossa força e reforçar ainda mais a importância das nossas instituições para a Saúde pública do Estado.

Conto com vocês! Boa leitura!

Flaviano Feu Ventorim,
presidente da Femipa

Femipa organiza café da manhã em Brasília

No dia 23 de outubro, das 08h às 10h, a Femipa vai oferecer um café da manhã para a bancada federal paranaense. O encontro acontecerá no Restaurante Escola Senac Gastronomia, localizado no Anexo IV da Câmara dos Deputados, em Brasília (DF). Serão convidados para o café da manhã todos os deputados federais e senadores do Paraná, demais autoridades e representantes do setor filantrópico.

"O objetivo é apresentar a nossa realidade, bem como as demandas dos hospitais filantrópicos do Estado, e buscar, assim, o apoio dos parlamentares para a causa dos filantrópicos. Por isso, esperamos reunir o maior número de dirigentes dos hospitais afiliados para fortalecer o evento e mostrar a força e a importância do setor para o Paraná e para o Brasil", declara Flaviano Feu Ventorim, presidente da Femipa.

HospSUS pode virar política de Estado

HOSPSUS
Hospitais qualificados em todo Paraná

Uma demanda antiga do setor filantrópico foi apresentada na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) e deverá ser apreciada em breve pelos deputados estaduais: o projeto de Lei que cria a Política Estadual de Apoio aos Hospitais Públicos e Filantrópicos do Paraná, programa conhecido como HospSUS. A proposta, do deputado estadual Michele Caputo Neto, tem por objetivo garantir a manutenção dos incentivos financeiros aos hospitais estratégicos mesmo com a mudança de governos. Segundo o parlamentar, a tramitação na Alep deve terminar ainda este ano.

"Mesmo com a falta de reajuste na tabela do Sistema Único de Saúde (SUS), a filantropia vem cumprindo seu papel. Portanto, esse aporte extra de recursos do governo é essencial para o equilíbrio das contas e para garantir que os hospitais continuem de portas abertas. Já estamos conversando com a Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) para que a lei, depois de aprovada, seja, de fato, algo que possa ser aplicado. Destaco, ainda, que o projeto fala de política de apoio a hospitais públicos e filantrópicos. Não tratamos especificamente do HospSUS, porque entendemos que, mais importante do que manter um nome, é manter a política que deu certo e é exemplo para todo o Brasil", destaca Caputo Neto.

EXPEDIENTE

Voz Saúde

O Jornal **Voz Saúde** é uma publicação bimestral da Federação das Santas Casas de Misericórdia e Hospitais Beneficentes do Estado do Paraná - FEMIPA

- Produção: **INTERACT Comunicação Empresarial**
  www.interactcomunicacao.com.br
- Jornalista responsável: **Juliane Ferreira**
  MTb 04881 DRT/PR
- Redação: **Maureen Bertol**
- Diagramação: **Pedro Luís Vieira**

FEMIPA
FEDERAÇÃO DAS SANTAS CASAS DE MISERICÓRDIA E HOSPITAIS BENEFICENTES DO ESTADO DO PARANÁ

- **Rua Padre Anchieta, 1691 - sala 505 – Champagnat**
  80730-000 - Curitiba - Paraná
- Fone: **41 3027-5036**
- **www.femipa.org.br** ▪ **comunicacao@femipa.org.br**
- Presidente: **Flaviano Feu Ventorim**

Femipa disponibiliza ferramenta para estimular benchmarking entre os hospitais

INSTITUIÇÕES AFILIADAS PODERÃO COMPARAR DIVERSOS INDICADORES DE DESEMPENHO

Com as dificuldades financeiras enfrentadas pelo setor de Saúde filantrópico, os hospitais precisam encontrar maneiras de fazer mais com menos e, para isso, focar na gestão é o melhor caminho. Para ajudar nesse processo, a Femipa tem incentivado a troca de experiências entre as instituições, para que as melhores práticas sejam disseminadas. Prova disso foi a parceria fechada com a empresa HSP, de Joinville, para oferecer às instituições afiliadas uma ferramenta de benchmarking que possibilita, de forma sigilosa, a comparação dos dados de cada hospital. A parceria foi anunciada em março, durante o 12º Seminário Femipa.

De acordo com Geovani Bruno, líder técnico da HSP, no primeiro momento, os hospitais enviaram, por meio de planilha no Excel, uma carga inicial de dados, que foi importada para o sistema. Depois dessa etapa, as próprias instituições terão acesso à ferramenta para informar apenas as variáveis dos indicadores. Como a plataforma é bastante intuitiva, os hospitais poderão verificar, facilmente, as pendências mensais para alimentar a base com os dados necessários. Para facilitar o preenchimento, o sistema pode ser acessado de qualquer navegador, seja pelo computador, smartphone ou tablet.

"Essa ferramenta traz a oportunidade de os hospitais estabelecerem uma comparação de diversos indicadores de desempenho hospitalar, e isso traz benefícios tanto para os hospitais, como para a Femipa, para melhor representar o setor. Vale destacar que o sistema é altamente sigiloso. Os dados são recebidos pela plataforma, criptografados e é gerada uma chave extremamente segura, que 'mascara' o nome da instituição. Uma vez que os dados foram acrescentados, ninguém consegue ter acesso ao nome do hospital. É algo bastante seguro", explica Bruno.

Como o objetivo é a transparência e a comparação de indicadores, a adesão de todos os hospitais afiliados é fundamental para o sucesso do programa, porque além de possibilitar o benchmarking entre os participantes, a ferramenta vai dar à Femipa números totais e consistentes para embasar e fortalecer as ações de defesa de interesses do setor.

"Uma das maiores dificuldades enfrentadas pela Federação é a falta de dados para mostrar a importância do setor para a saúde pública brasileira. Nós, enquanto instituições, sabemos o que representamos para o Estado e para o país, mas precisamos ter informações consistentes para sensibilizar os governantes e a população para a nossa causa. Com a plataforma de benchmarking, teremos acesso, de forma sigilosa, às informações totais, e poderemos, assim, apresentar esses dados a parlamentares, a outras entidades e a outros órgãos para continuar trabalhando por avanços para o nosso setor", garante Flaviano Feu Ventorim, presidente da Femipa.

Benchmarking ajuda na tomada de decisão

De acordo com o diretor-geral da área de Saúde do Grupo Marista e membro da diretoria da Femipa, Álvaro Quintas, uma ferramenta para comparação de indicadores é extremamente importante para apoiar a tomada de decisão dos hospitais. Segundo ele, as instituições precisam buscar a melhoria contínua, e o benchmarking ajuda a estabelecer metas e planos de ações, além da possibilidade de aproveitar essas referências para pensar na melhorias dos processos.

"Cada vez que a gestão identifica um número de indicadores, sejam eles econômico-financeiros, assistenciais ou de qualidade, ela tem etapas a cumprir para poder estipular suas metas: primeiro é preciso olhar seu histórico; em segundo lugar, comparar-se às instituições que possuem as melhores práticas. É isso que a Femipa está fazendo ao buscar divulgar os indicadores de boa parte de seus afiliados, justamente para que as instituições possam olhar seu histórico, definir suas metas e ver como estão em relação aos bons exemplos", destaca.

Na avaliação do diretor, o benchmarking é, sem dúvida, uma ferramenta extremamente eficaz, pois, segundo ele, "começar do zero é sempre mais difícil". Por isso, Quintas garante que buscar instituições que estabeleceram bons programas ajuda a criar atalhos para desenvolver os próprios projetos.

"Pode-se fazer isso com indicadores de qualidade, para indicadores assistenciais, para um mix de produtos e serviços ou, ainda, para produtos específicos, caso o hospital queira, por exemplo, desenvolver um projeto de oncologia. Para não começar do zero, o benchmarking é o primeiro passo para analisar mais adequadamente o projeto", explica.

Outro ponto importante da ferramenta, segundo Álvaro Quintas, é que, além de despertar na gestão a busca pela melhoria continua e pelos melhores indicadores, aproxima ainda mais as instituições, porque assim é possível identificar e estabelecer parcerias com outros hospitais. Mas, para isso, ele alerta que todos devem estar abertos a isso.

"A troca de experiências é fundamental para qualquer instituição, mas, para as filantrópicas, não tenho dúvida que o benchmarking é ainda mais importante. Os hospitais devem estar dispostos a ajudar no desenvolvimento de melhoria nos processos em outras instituições. Ao invés de os hospitais pagarem consultorias milionárias, as parcerias certamente são mais interessantes. É importante destacar que essas instituições não são concorrentes e, na verdade, se somam. Assim, é possível desenvolver excelentes trabalhos, acompanhar a implementação dos planos de ações e trazer avanços para o setor como um todo", completa.

Delegação do Paraná leva força do Estado ao Congresso Nacional das Santas Casas

COM MAIS DE 60 PARTICIPANTES, GRUPO LIDERADO PELA FEMIPA APRESENTOU A DEPUTADOS DEMANDAS DA PAUTA LEGISLATIVA DO SETOR HOSPITALAR FILANTRÓPICO

Com uma das maiores delegações entre as Federações, a Femipa levou mais de 60 participantes para o 29º Congresso Nacional das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos, organizado pela Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos (CMB) em Brasília (DF), entre os dias 13 e 15 de agosto de 2019. Além da expressiva participação, o destaque ficou também para o café da manhã oferecido pela CMB e suas Federações a deputados federais e senadores. Dos mais de 50 parlamentares presentes no encontro, quatro eram do Paraná: Leandre (PV), Luciano Ducci (PSB), Ricardo Barros (PP) e Rubens Bueno (Cidadania). Também participou do café da manhã o advogado Rubens Bueno II, que responde pelo Escritório de Representação do Paraná na capital federal. Na ocasião, a Femipa entregou aos deputados um documento com os principais pleitos do Estado em relação à legislação e projetos de lei em tramitação.

Na avaliação do presidente da Femipa, Flaviano Feu Ventorim, o Congresso da CMB, considerado um dos mais importantes do segmento no país, é um espaço para que os hospitais possam se reunir e trocar experiências quanto ao cenário da Saúde. Além disso, ter a oportunidade desse encontro mais próximo com os parlamentares é essencial para as próximas ações do segmento.

Ventorim afirmou, ainda, que a Saúde continua com um financiamento insuficiente, e, até o momento, o Ministério da Saúde não apresentou propostas que possam mudar este cenário, que vem se arrastando há muitos anos. Como a crise econômica que assola o país prejudica qualquer política nova, o maior desafio dos filantrópicos continua sendo o financiamento. Outro fato importante é que, mesmo que todo esse cenário não tenha previsão de melhora, a legislação vem mudando e onerando os hospitais cada dia mais. Ou seja, de um lado, há o subfinanciamento; de outro, leis e decisões que cada vez mais impactam no custo dos hospitais.

"Ter os parlamentares no evento abriu espaço para que temas como esses fossem colocados em pauta. Além disso, os hospitais e seus diretores puderam apresentar suas demandas, explicar como o sistema filantrópico funciona, a importância dele para o sistema de saúde como um todo. Também pudemos discutir a situação atual e buscar o apoio deles para a nossa causa. Foi uma importante participação, uma excelente oportunidade para conseguirmos sensibilizá-los. Além disso, o fato de termos conseguido uma participação recorde do Estado do Paraná no Congresso mostra a nossa união e o nosso compromisso com a filantropia em Saúde. Sem dúvida, saímos desse evento ainda mais fortalecidos", garante.

O presidente parabenizou, ainda, a Confederação pela organização do evento e pelas mudanças no modelo, já que o evento este ano teve painéis, palestras, debates e cases de sucesso com base em três eixos temáticos - Governança, Sustentabilidade e Relacionamento. Além disso, a mudança de local do evento foi bastante elogiada pelos participantes, pois o Complexo Brasil 21 oferece um espaço para eventos que está entre os maiores e mais modernos da capital federal.

Opinião dos parlamentares

Para a deputada federal Leandre Dal Ponte, as instituições filantrópicas são de grande importância para a Saúde da população, em especial para os mais carentes. Ela reforça que já é comprovado que mais de 50% de toda a internação hospitalar de média e alta complexidade do Sistema Único de Saúde são feitas em hospitais filantrópicos ou santas casas. Sobre o convite para participar do café da manhã, a deputada afirmou que o espaço é fundamental para que os parlamentares possam se aproximar da pauta e, principalmente, para que consigam compreender a importância dessas instituições, ajudando, assim, a defendê-las frente às dificuldades.

"Infelizmente, sabemos que aquilo que o governo federal paga pelos procedimentos realizados pelas santas casas corresponde apenas a 60% do que o procedimento realmente custa. No Congresso, faço parte da Frente Parlamentar em Defesa das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos e também da Comissão de Seguridade Social e Família, pelas quais acabam tramitando as demandas das santas casas. Representamos um apoio para essas instituições, na defesa delas perante o governo federal, e também para mostrar aos parlamentares o quanto elas são importantes para a saúde pública em todo o território nacional. O trabalho que a Femipa faz no Paraná é algo que merece nosso reconhecimento e nosso respeito, porque além de apoiar as instituições, também nos ajuda quando precisamos de algum tipo de solução para levar a saúde mais perto das pessoas, que é um dos grandes temas do meu mandato. A Federação sempre nos mostra o melhor caminho a percorrer para que isso se efetive. Por isso, sabemos que a entidade é uma grande parceira no Estado", declara.

O deputado federal Luciano Ducci destacou a satisfação de estar presente no evento e reafirmou que a mobilização é muito importante para que todos – hospitais e parlamentares – possam trabalhar juntos. "Tenho grandes amigos das santas casas e hospitais filantrópicos no Paraná. Trabalho muito com os hospitais e sei do brilhante trabalho que realizam no atendimento à população do nosso Estado. Alguns dos melhores hospitais do Brasil hoje estão no Paraná, são hospitais de alta complexidade, de grande porte e que prestam serviço inestimável. Sempre que posso, estou ajudando, trabalhando, colaborando, porque sei do grande esforço que fazem por toda a população", avalia.

Outro deputado presente no café da manhã, Ricardo Barros também ressaltou que os filantrópicos atendem mais de 50% da demanda do SUS, sendo mais de 60% na alta complexidade. Para ele, essas instituições são parceiras e muitas têm excelência na gestão.

"Fui relator da Medida Provisória dos recursos do BNDES do Fundo de Garantia para as filantrópicas. Acho que é possível ajudá-las, mas, essencialmente, precisamos de mais gestão. Temos recursos na saúde e precisamos gastar bem o que temos, pois vejo pouca perspectiva de mais recursos. Como as filantrópicas têm um papel fundamental na assistência à Saúde brasileira, devem procurar melhorar ainda mais. Por isso, o recurso do Proadi-SUS para consultoria dos hospitais de excelência na área de gestão para filantrópicos deve ser muito bem utilizado, pois acredito que todos sempre têm muito a aprender. Os hospitais que vêm trabalhando com essas consultorias estão alcançando ótimos resultados de gestão", comenta.

Na opinião do deputado Rubens Bueno, o trabalho das instituições hospitalares sem fins lucrativos é muito importante, "até porque essas instituições fazem um trabalho que deveria ser do poder público. Todo esse trabalho realizado mostra que os hospitais filantrópicos e santas casas precisam de apoio, pois têm um papel fundamental na qualidade de vida daqueles que precisam".

Experiência

Pela primeira vez no Congresso da CMB, Paulo Leal, provedor da Santa Casa de Cambará, destacou a organização do evento e reforçou a importância do encontro. "Muitas pessoas reunidas, todos buscando alternativa para a prestação de serviço de saúde. As santas casas fazem a maior parte do serviço do SUS e temos que nos envolver para buscar soluções para a nossa situação financeira", salienta.

Irmão Rafael, da Santa Casa de Maringá, participa do encontro desde que assumiu a diretoria do hospital, justamente pela excelente oportunidade de troca de experiências. "Crescemos e podemos contribuir com os outros. O evento tem uma energia contagiante. Ao encontrar os demais hospitais, vemos as mesmas dificuldades, trocamos experiências, criamos expectativa e voltamos com mais esperança. Sabemos que o brasileiro vive de esperança e não podemos deixar de batalhar, de acreditar, não podemos desanimar, para continuar juntos trabalhando em prol da saúde da população", completa.

Novo Código de Ética Médica traz mudanças para a prática de Medicina no Brasil

PROFISSIONAIS E HOSPITAIS DEVEM SE ATUALIZAR QUANTO ÀS NOVIDADES QUE AFETAM A ROTINA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Depois de um processo de quase três anos de discussões no Conselho Federal de Medicina (CFM), entrou em vigor em abril deste ano o novo Código de Ética Médica (CEM), que traz uma versão atualizada de um conjunto de princípios que estabelece os limites, os compromissos e os direitos assumidos pelos médicos no exercício da profissão.

De acordo com Donizetti Dimer Giamberardino Filho, conselheiro do Conselho Regional de Medicina do Paraná (CRM-PR), conselheiro representante do Paraná no Conselho Federal de Medicina (CFM) e atual coordenador da Comissão Nacional Pró-SUS, os códigos de ética vêm sendo renovados a cada período de tempo, já que com as mudanças na sociedade, a ética e os valores morais também passam por transformações.

O primeiro Código, de 1988, coincidiu com a criação da Constituição Federal Brasileira. Depois, foi feito um novo código em 2009, agora reformulado com pequenas, mas relevantes modificações.

Segundo Martim Afonso Palma, assessor jurídico do CRM-PR, uma das grandes novidades diz respeito ao médico com deficiência, sendo a primeira vez que um Código de Ética profissional faz referência ao tema. Ele explica que o documento trouxe a questão da isonomia de tratamento ao médico portador de deficiência, determinando ser seu direito, desde que dentro de seus limites de capacidade e observando a segurança dos pacientes, exercer a profissão sem qualquer discriminação.

O novo Código enfatiza ainda o respeito à autonomia do paciente, inclusive na fase da terminalidade da vida. “É um diploma de vanguarda nesse tema, uma vez que se o paciente e familiares entendem que se deva respeitar a não submissão a tratamentos agressivos no fim da vida, em doença irreversível, poderão, sim, optar por tratamentos paliativos”, explica Palma.

Outra mudança apontada pelo assessor jurídico e que atingirá o dia a dia dos médicos e das instituições é a remessa de prontuário médico. “Ficou sedimentado no CEM que o médico ou hospital, para atender ordem judicial, deverão remeter cópia dos documentos médicos. Na resolução revogada, o prontuário deveria ser disponibilizado para perito, o que trazia grande número de indagações no departamento jurídico do CRM, uma vez que os ofícios requisitando não esclareciam se o material iria apenas para o perito. Agora, o médico e a instituição ficam protegidos pela remessa ao Poder Judiciário, sem receio de desdobramentos desfavoráveis. As outras formas de franquear o prontuário são quando o médico necessita para sua própria defesa, significando dizer que não há sigilo quando o médico é demandado, poden-

do usar as informações de prontuário para sua defesa, e, finalmente, quando autorizado por escrito pelo paciente", esclarece.

Sobre esse assunto, Palma destaca, ainda, que o CRM-PR e seu departamento jurídico sempre reforçam especial atenção dos médicos e hospitais à importância do correto e completo preenchimento dos documentos médicos, já que o prontuário médico deve revelar a exata dimensão do tratamento realizado, ser fidedigno e conter todos os exames, a anamnese, bem como os achados do exame físico.

"Infelizmente, nas demandas que deságuam no Tribunal Ético do CRM ou mesmo do Judiciário, nos deparamos com prontuários pobres, em que o médico, na defesa, alega que tomou a medida 'X' ou 'Y' sem existirem os apontamentos do ato no prontuário médico, o que deixa frágil a afirmação", reforça.

O assessor jurídico complementa: "ao cumprir o Código, o profissional sempre terá boa defesa para seus atos. O documento assegura uma relação médico-paciente franca e esclarecida e evita dissabores profissionais".

Publicidade

Além das mudanças apontadas, o assessor jurídico do CRM-PR também revela que a publicidade médica trará impacto no dia a dia dos profissionais e das instituições, uma vez que o novo código exige que, nos anúncios, deverá constar o Registro de Qualificação de Especialista (RQE), fornecido ao médico que possui o registro da especialidade junto ao CRM.

Os artigos referentes à publicidade médica permanecem considerando vedada a autopromoção e o sensacionalismo, como dizer, por exemplo, que o profissional é o "melhor pediatra". "Essa foi uma das formas encontradas pelo Conselho para proteger a população. Hoje, os problemas mais frequentes são anúncios com falsas promessas, propagandas enganosas, principalmente na área de estética, e no tocante a oferecer serviço com desconto. Tudo isso é vedado, assim como vinculação mercantil com prescrição também é vedada. O que mudou recentemente foi que, por uma ação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), tínhamos resolução sobre cartões de desconto, e era vedado ao médico vincular-se a esses cartões de desconto. Por força do CADE, o Conselho Federal deve obedecer, então não é mais proibida essa participação. Na mesma linha, o órgão permitiu que o médico coloque o valor da consulta", explica Giamberardino.

Segundo o conselheiro do CRM-PR, os profissionais e hospitais devem estar atentos também à privacidade de dados, pois o grande risco é que as pessoas confundam o uso de mídias sociais com prontuário médico. Giamberardino lembra que ferramentas como WhatsApp e Facebook são meios de comunicação, mas não são reconhecidos como registro de prontuário, justamente porque têm fragilidades.

"Um prontuário eletrônico, para ser reconhecido e utilizado, precisa ter uma série de itens, como forma de criptografia que permita rastreabilidade para segurança dos dados pessoais. Existe uma Lei de dados aprovada bastante complexa sobre responsabilidade da preservação dos sigilos pessoais. Não se pode pegar um exame pessoal do paciente que permita identificação e replicar. Toda informação médica pertence ao paciente, e o médico tem o dever de sua guarda", salienta o conselheiro.

Comissão de Ética Médica

Antes mesmo de entrar em vigor o novo código, o Conselho de Medicina já previa a obrigatoriedade, para hospitais com mais de 30 médicos, de possuir uma Comissão de Ética Médica. Além de estar registrada no respectivo Conselho Regional, a comissão deve estar organizada de acordo com seu próprio Regimento Interno.

Segundo Thalita Candido, assessora jurídica da Femipa, as comissões servem como órgãos de apoio aos trabalhos dos Conselhos Regionais de Medicina dentro das instituições de assistência à saúde, com funções investigatórias, educativas e fiscalizadoras do desempenho ético da Medicina.

"O Código de Ética Médica reforça a importância dessas comissões, exigindo, através do art. 57, que os profissionais denunciem eventuais atos que contrariem os postulados éticos. Os gestores devem estar atentos à obrigatoriedade das comissões para hospitais com mais de 30 médicos, verificando se elas foram constituídas de acordo com o disposto na Resolução CFM n° 2152/2016, sobretudo no que diz respeito à quantidade de membros, ao processo eleitoral e às competências", informa.

No Hospital da Cruz Vermelha, em Curitiba, a comissão conta com cinco membros médicos do corpo clínico, sendo um presidente e um secretário. A escolha é feita por votação entre o corpo clínico do hospital.

Segundo Francisco Emanuel de Almeida, presidente da Comissão de Ética da instituição, o grupo discute temas que envolvem apuração de possíveis infrações éticas no exercício profissional da Medicina e buscam zelar pela boa prática médica, defendendo os preceitos do perfeito exercício ético e profissional.

"É de grande importância que as instituições desenvolvam as comissões. Além de apurar informações sobre possíveis infrações éticas, possui caráter de orientar os médicos no exercício profissional de forma ética e valorosa. Incentivamos que todas as comissões tenham o caráter educativo e orientador na boa prática médica", conclui.

Santa Casa de Curitiba inaugura nova unidade de hemodinâmica

A Santa Casa de Curitiba, referência em atendimento cardiológico, conta com uma nova unidade de hemodinâmica, procedimento utilizado para diagnosticar pacientes com risco cardiológico. A obra de reforma e ampliação do espaço já existente começou no início de 2019. Além de um espaço com iluminação natural, controle de temperatura e conforto ambiental de luz e temperatura, um dos destaques da obra é a nova sala de exames, que conta com um novo equipamento de hemodinâmica. Mensalmente, o serviço de hemodinâmica da Santa Casa de Curitiba realiza, em média, 290 exames. Com o novo equipamento, a expectativa é de aumentar esse número.

Hospital Ministro Costa Cavalcanti comemora 40 anos de história

Foto: Débora Black

Inaugurado no dia 01 de julho de 1979, originalmente para atender operários que trabalharam na construção da usina hidrelétrica de Itaipu, o Hospital Ministro Costa Cavalcanti (HMCC) completou 40 anos com planos de ampliação da estrutura física e aumento da capacidade de atendimento. Administrado desde 1994 pela Fundação Itaiguapy, o hospital passou a atender o público geral e hoje é referência para o Sistema Único de Saúde (SUS) nas áreas da oncologia, cardiologia, gestação de alto risco e UTI Neonatal.

Os números ajudam a explicar a importância do HMCC para Foz do Iguaçu e região: somente em 2018, foram 13.561 internações e 6.762 cirurgias; 4.421 partos, 170.647 exames de imagem, 1.615 procedimentos de hemodinâmica e 23.166 sessões de quimioterapia e radioterapia. A instituição também registrou 253.658 consultas eletivas e 89.573 consultas de urgência e emergência, além de 8.834 procedimentos de hemodiálise.

Investimento – A Itaipu, entidade mantenedora do HMCC, aprovou, no fim de abril, investimentos de R$ 64,7 milhões no hospital, que passará por uma ampla reforma nos próximos três anos, com a expansão da área construída, instalação de novos leitos, aquisição de equipamentos e contratação de mais profissionais. O número de leitos passará dos atuais 202 para 260. O projeto prevê, ainda, mais 12.315 metros quadrados de área construída e 8.503 metros quadrados de reforma – totalizando 20.818 metros quadrados. Há previsão de aumento das salas cirúrgicas, construção de um novo laboratório de análises clínicas e expansão dos serviços de quimioterapia e radioterapia, com a inclusão de um novo acelerador linear, além da construção de mais 10 leitos de UTI geral, 10 de UTI Neonatal e 38 de internação.

Hospital Erasto Gaertner realiza primeira maratona de cirurgias de uro-oncologia do Brasil

Foto: Francielle Ferrari

O Hospital Erasto Gaertner (HEG) promoveu, em agosto, sua primeira Maratona de Cirurgias de Uro-Oncologia, em parceria com o Instituto Falke, durante a qual foram transmitidos 12 procedimentos de retirada de tumores urológicos, localizados na próstata, na bexiga, no rim e nos testículos.

O objetivo da proposta foi demonstrar aos médicos cirurgiões o que há de mais moderno em procedimentos laparoscópicos e robóticos. Segundo o hospital, a cirurgia minimamente invasiva é uma realidade no Brasil, inclusive em hospitais com atendimento ao Sistema Único de Saúde (SUS). Dentre as vantagens apresentadas, estão menos dor, recuperação mais rápida e retorno breve às atividades rotineiras de trabalho e lazer.

Hospital Darcy Vargas habilitado para nutrição enteral

O Hospital de Caridade Dona Darcy Vargas foi habilitado pelo Ministério da Saúde como Unidade de Assistência em Alta Complexidade em Terapia Nutricional Enteral/Parenteral. O hospital receberá ainda recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) do Estado do Paraná. Com isso, a instituição poderá lançar e cobrar essa alimentação, que, até o momento, era fornecida sem custeio.